



Marcos Corrêa/Presidência da República

A política na semana

> Semana de aparente calma, marcada por pacto entre Poderes, deve ser seguida de tensão na batalha política em torno das emendas à reforma da Previdência

A semana pós-manifestações favoráveis ao governo Bolsonaro marcou um movimento de distensionamento no comportamento pendular da relação do Executivo com o Legislativo. No entanto, se confirmaram diversos sinais de que as contemporizações mostradas de um lado e de outro não implicam uma melhora permanente no ambiente no Congresso.

Ainda que sem efeitos concretos específicos, foi simbólico Jair Bolsonaro ter reunido o chefe dos outros Poderes no dia seguinte aos atos em apoio ao governo. Apesar de pouco efetivo do ponto de vista prático, é um gesto de boa vontade um pacto nos moldes do que está sendo desenhado com o Supremo Tribunal Federal, Senado, Câmara e Executivo. Para exemplificar a pouca capacidade de mudar cenários desse tipo de recurso, após os protestos de 2013, a ex-presidente Dilma Rousseff propôs 5 pactos que não alcançaram seus objetivos.

Outro gesto positivo do governo Bolsonaro nos últimos dias foi a carta enviada ao Senado em reconhecimento à decisão da Câmara, que aprovou praticamente na íntegra a medida provisória sobre a organização administrativa do governo,

mas manteve o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) fora o ministério de Sérgio Moro. No documento assinado também por Moro, Paulo Guedes (Economia) e Onyx Lorenzoni (Casa Civil), o presidente legitimou a decisão dos deputados e mostrou pragmatismo ao reconhecer que, se modificada no Senado, a MP poderia perder validade.

Jair Bolsonaro ainda participou de uma sessão solene no plenário da Câmara ao lado de Rodrigo Maia e, dentro do Planalto, foram retomadas as conversas para liberação de verbas extra orçamentárias e à acomodação de possíveis aliados em cargos de segundo escalão. **Todos esses movimentos caminham no sentido de melhorar a articulação e o diálogo entre parlamentares e Executivo e não são triviais, principalmente para esse governo.** Contribuíram significativamente para aprovação da reforma administrativa e – apenas na Câmara – da medida provisória de combate a fraudes no INSS, o primeiro passo na reforma da Previdência.

Não são suficientes, contudo, para sanar a crise de confiança entre os Poderes que continua a dar sinais de sua persistência.



Relatório elaborado pela equipe XP Política

Os gestos não foram capazes de alterar as questões de fundo, tanto do Executivo quanto do Legislativo, que motivaram as turbulências recentes.

Boa amostra disso é a insatisfação dos senadores com o prazo exíguo para análise das medidas provisórias, como é o caso da MP das fraudes no INSS.

Nas questões estruturais, a insatisfação com a composição do governo continua, e a quebra de confiabilidade verificada nas semanas anteriores ainda cobra seu preço. Nas conversas reservadas o que se ouve é que permanece a disposição de deputados e senadores de conferir protagonismo ao Legislativo. Pela frente, há novas crises já contratadas: o governo tem duas semanas para aprovar a suplementação orçamentária de modo a não infringir a regra de ouro. Ainda não houve sessões do Congresso neste ano e é necessário votar duas dezenas de vetos presidenciais antes de entrar na questão em si. Essas podem ser oportunidades de o Congresso pressionar o governo.

Tensão no Centro

Outro ponto de inquietude para os próximos dias é a disputa no Centrão: DEM (partido do presidente da Câmara, Rodrigo Maia), principalmente, e PRB iniciaram movimento de distanciamento das siglas vistas como mais fisiológicas, integrantes desse grupo que reúne cerca de 200 parlamentares. Os dois sozinhos são insuficientes para dar o apoio que Bolsonaro precisa em votações importantes, mas são capazes de tumultuar o ambiente entre os partidos desse bloco.

Já há reflexos desse movimento em parte do PP – que não se conforma com o tratamento e quer saber se isso tem origem na cúpula do partido ou se é encabeçado pelo próprio Rodrigo Maia. A expectativa é que vejamos sinais de insatisfação por parte dos partidos de centro que se sentiram excluídos.

Previdência à vista

A proximidade da apresentação e votação do relatório do deputado Samuel Moreira (PSDB-SP) na comissão especial da reforma da Previdência também é terreno fértil para que essa disputa

do Centrão se manifeste. Nesta semana, foi apresentado um relatório paralelo pelo PL (antigo PR). Uma emenda global que dá munição para quem quer ir para a guerra contra o texto do governo. É preciso ressaltar que a sigla conseguiu 171 assinaturas necessárias para protocolar o texto alternativo, um número de apoios que não pode ser ignorado.

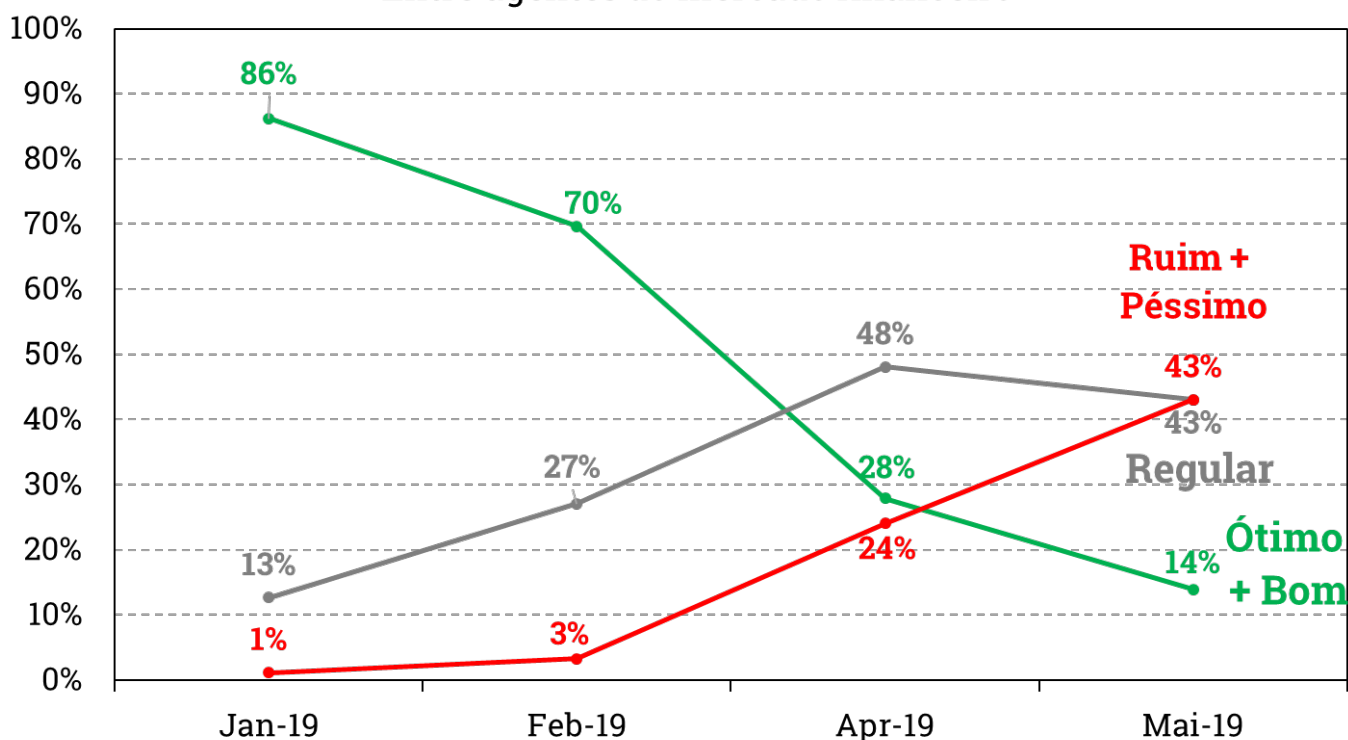
Entre as alterações propostas estão a retirada das mudanças no Benefício de Prestação Continuada (BPC), na aposentadoria rural e na dos professores. Há também suavização nas regras de transição e mudanças na capitalização, cuja transição seria custeada por um fundo específico, que seria abastecido também por fundos de uma espécie de nova CPMF. O texto estabelece um direcionamento de recursos desse fundo do pré-sal, das privatizações, de redução de benefícios tributários e de programas de securitização de dívidas previdenciárias. Caso mesmo assim o fundo não atinja o valor de 20% do PIB, o governo poderá criar uma contribuição eletrônica sobre pagamentos e/ou movimentações financeiras (vulgo CPMF) de até 0,2%.

Esse projeto do PL está longe de representar um consenso com avanço certo na comissão, mas ilustra um pouco do espírito tempestuoso dos parlamentares e da dificuldade esperadas na Comissão Especial logo mais. A questão política aqui é mais relevante: como derrotar o texto do PL e depois pedir os votos do partido para o texto vencedor na votação em plenário? A resposta para isso precisa vir da articulação política.

Como visto do início do governo até aqui, a aparente calma da última semana tem potencial para se transformar em novos problemas nos próximos capítulos. Pela conjunção de fatores até aqui – notadamente um alinhamento entre a agenda econômica de Rodrigo Maia e a do Planalto –, os ruídos têm sido insuficientes para interromper completamente a pauta fiscal, mas apontam para resultados menores e mais lentos – em meio a um caminho cada vez mais turbulento.

Aprovação do governo Bolsonaro

- Entre agentes do mercado financeiro-



Sondagem - Mercado e Política

O mês turbulento nas relações entre o presidente Jair Bolsonaro e o Legislativo não foi suficiente para abalar a confiança de agentes de mercado na aprovação de uma reforma da Previdência em 2019. Assim como no levantamento anterior, o setor vê probabilidade de 80% de que alterações constitucionais no sistema de aposentadorias sejam aprovadas ainda este ano.

A expectativa com o tamanho final da economia provocada pela reforma a ser promulgada pelo Congresso também segue inalterada: R\$ 700 bilhões em 10 anos. Em relação ao calendário, 85% esperam a votação no plenário da Câmara em agosto ou setembro.

No caso de a reforma enviada pelo Executivo ser aprovada integralmente, os agentes consultados estimam câmbio a R\$ 3,60 e a bolsa a 120 mil pontos. Na ponta oposta, sem reforma a expectativa é de câmbio a R\$ 4,50 e bolsa a 75 mil pontos. Um cenário intermediário (reforma de R\$ 620 bilhões em 10 anos) levaria bolsa a 100 mil pontos e câmbio a R\$ 3,90.

Foram ouvidos 79 investidores institucionais entre os dias 22 e 24 de maio. O público é formado por analistas, economistas, consultores de bancos e gestoras de recursos.

Se a confiança na aprovação da reforma permanece, a aprovação do governo Bolsonaro continua em trajetória de baixa. Entre o público ouvido, 14% consideram a gestão ótima ou boa (eram 28% em abril) e 43% a veem como ruim ou péssima (antes 14% na última enquete). A trajetória é a mesma desde janeiro, quando 86% tinham avaliação positiva do Executivo, e apenas 1%, negativa.

Na contramão, a avaliação dos entrevistados sobre o Congresso melhorou: 32% o veem como ótimo ou bom e 25%, como ruim ou péssimo.



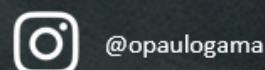
- 1) Este relatório foi preparado pela XP Investimentos CCTVM S.A. ("XP Investimentos") e não deve ser considerado um relatório de análise para os fins do artigo 1º da Instrução CVM nº 483, de 6 de julho de 2010.
- 2) Este relatório tem como objetivo único fornecer informações macroeconômicas e análises políticas, e não constitui e nem deve ser interpretado como sendo uma oferta de compra/venda ou como uma solicitação de uma oferta de compra/venda de qualquer instrumento financeiro, ou de participação em uma determinada estratégia de negócios em qualquer jurisdição. As informações contidas neste relatório foram consideradas razoáveis na data em que ele foi divulgado e foram obtidas de fontes públicas consideradas confiáveis. A XP Investimentos não dá nenhuma segurança ou garantia, seja de forma expressa ou implícita, sobre a integridade, confiabilidade ou exatidão dessas informações. Este relatório também não tem a intenção de ser uma relação completa ou resumida dos mercados ou desdobramentos nele abordados. As opiniões, estimativas e projeções expressas neste relatório refletem a opinião atual do responsável pelo conteúdo deste relatório na data de sua divulgação e estão, portanto, sujeitas a alterações sem aviso prévio. A XP Investimentos não tem obrigação de atualizar, modificar ou alterar este relatório e de informar o leitor.
- 3) O responsável pela elaboração deste relatório certifica que as opiniões expressas nele refletem, de forma precisa, única e exclusiva, suas visões e opiniões pessoais, e foram produzidas de forma independente e autônoma, inclusive em relação a XP Investimentos.
- 4) Este relatório é destinado à circulação exclusiva para a rede de relacionamento da XP Investimentos, incluindo agentes autônomos da XP e clientes da XP, podendo também ser divulgado no site da XP. Fica proibida a sua reprodução ou redistribuição para qualquer pessoa, no todo ou em parte, qualquer que seja o propósito, sem o prévio consentimento expresso da XP Investimentos.
- 5) A XP Investimentos não se responsabiliza por decisões de investimentos que venham a ser tomadas com base nas informações divulgadas e se exime de qualquer responsabilidade por quaisquer prejuízos, diretos ou indiretos, que venham a decorrer da utilização deste material ou seu conteúdo.
- 6) A Ouvidoria da XP Investimentos tem a missão de servir de canal de contato sempre que os clientes que não se sentirem satisfeitos com as soluções dadas pela empresa aos seus problemas. O contato pode ser realizado por meio do telefone: 0800 722 3710.
- 7) Para maiores informações sobre produtos, tabelas de custos operacionais e política de cobrança, favor acessar o nosso site: www.xpi.com.br.

XP POLÍTICA

Daniel Cunha
Diretor de Análise e Estratégia

Paulo Gama
Analista Política

Debora Santos
Analista Política



Richard Back
Analista Político Chefe

Victor Scalet
Analista Político

Erich Decat
Analista Político

